ANAIS DO EVENTO

XVI Semana Acadêmica de Ciências Sociais 2025



VERTIGEM

Tempo de Ruptura
Colapsos Epistêmicos

antropologia | UFPR

UFPR

UFPR LATAC

XVI SEMANA ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - SACS 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ANAIS DA XVI SEMANA ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

VERTIGEM - TEMPO DE RUPTURA, COLAPSOS EPISTÊMICOS: CLIMA, TRABALHO E INTERSECCIONALIDADES

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 2026

ANAIS

INSTITUIÇÃO

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Reitor: Marcos Sunye

Vice-Reitora: Camila Fachin

UNIDADE ACADÊMICA

Setor de Ciências Humanas

Campus Reitoria

Graduação em Ciências Sociais

COORDENAÇÃO DO CURSO

Coordenador: Emerson Urizzi Cervi

Secretária: Maria Anne Gabrielle do Rosário

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Ana Caroline Gonçalves de Souza

Ana Liah Ogata Guimarães Lepinsk

Artur Possani

Camile Cristina Fagundes Alves

Daniel Asafe de Jesus Carvalho Cencinato

Eduardo Ruaro

Emanuely da Silva Carneiro

Gabriele Vitória Nicoleti da Silva

Gê Figueiredo

Giovana do Prado Kucla

João Paulo da Silva

Letícia Bispo da Silva

Luis Felipe Sinequel de Paula

Matheus Lara de Lima

Milena Gamballi Murara

Pedro Henrique Alisk Barreto

Sabrina Cristina F. da Silva

Sandro Ernesto C. Vieira Bittencourt

Victor Daniel dos Santos Francisco

ENDEREÇO INSTITUCIONAL

Rua General Carneiro, 460

Centro – Curitiba/PR

CEP 80.060-150

Anais da XVI Semana Acadêmica de Ciências Sociais
Vertigem - Tempo de ruptura, colapsos epistêmicos: clima, trabalho e interseccionalidades

Evento realizado em Curitiba, Paraná, Brasil, de 03 a 07 de novembro de 2025

Responsabilidade Editorial
©2026 Universidade Federal do Paraná
Curso de Ciências Sociais

Ano de publicação: 2026
Local: Curitiba
ISBN 978-65-5458-491-3
Organizadores: Ana Caroline Gonçalves de Souza, Ana Liah Ogata Guimarães Lepinsk e Milena Gamballi Murara
Revisão de texto: Ana Caroline Gonçalves de Souza e Ana Liah Ogata Guimarães Lepinsk
Projeto gráfico e diagramação: Milena Gamballi Murara
Capa: Milena Gamballi Murara

Catalogação na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9ª/1607
Biblioteca de Ciências Humanas – UFPR

S471 Semana Acadêmica de Ciências Sociais (16. : 2026 : Curitiba, PR)
Anais [recurso eletrônico] vertigem - tempo de ruptura, colapsos epistêmicos : clima, trabalho e interseccionalidades. / XVI Semana Acadêmica de Ciências Sociais, 03 a 7 de novembro de 2026; organizadores : Ana Caroline Gonçalves de Souza, Ana Liah Ogata Guimarães Lepinsk e Milena Gamballi Murara. – Curitiba : Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas. Curso de Ciências Sociais, 2026.
1 arquivo PDF

e-ISBN 978-65-5458-491-3

1. Trabalho – Aspectos sociais. 2. Mudanças climáticas. 3. Minorias – Estatuto legal, leis, etc. I. Anais da XVI Semana Acadêmica de Ciências Sociais (16. : 2026 : Curitiba, PR). II. Souza, Ana Caroline Gonçalves de. III. Ogata, Ana Liah. IV. Murara, Milena Gamballi. V. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas. Curso de Ciências Sociais.

CDD – 300

Apresentação

A Semana Acadêmica de Ciências Sociais (SACS) constitui-se como um evento anual que promove o diálogo entre discentes e docentes, reunindo diferentes linhas teóricas, campos de estudo e epistemologias emergentes. Em sua décima sexta edição, realizada entre 3 e 7 de novembro de 2025, a SACS aproxima a comunidade acadêmica de três eixos considerados prioritários: a crise climática e seus impactos nas relações sociais, as transformações do mundo do trabalho e seus desdobramentos, e a investida contra os direitos de grupos minoritários sob uma perspectiva interseccional.

O evento promove a formação crítica da comunidade acadêmica ao explorar as conexões entre os estudos da crise climática, do trabalho e das interseccionalidades — gênero, raça, classe, sexualidade e identidade — por meio de mesas de debate, simpósios temáticos, oficinas, palestras, minicursos, visitas de campo e grupos de trabalho. A programação oferece conhecimentos teóricos e práticos sobre temas como antropoceno, ecologia, justiça climática, conflitos socioambientais, trabalho informal, plataformização, direitos trabalhistas, relações étnico-raciais, estudos de gênero e sexualidade, construção de identidade e condições de classe.

A XVI SACS questiona as fronteiras epistêmicas que dividem os campos acadêmicos e demonstra seu potencial de transversalidade, incentivando novas perspectivas de pesquisa para os discentes. Em tempos de crise institucional, social, cultural e ambiental, a XVI SACS realoca percepções, alinha horizontes e rompe com a vertigem epistêmica. Os eixos propostos — clima, trabalho e interseccionalidades — configuram-se como pontos de ancoragem para reflexões centradas nas experiências locais e nos constructos teóricos que fundamentam a Ciência Social contemporâneas.

Sumário

1. Mesas Redondas..... 8
2. Grupos de Trabalho (GTs)..... 26
3. Visita Técnica..... 40

1. Mesas Redondas

MESA DE ABERTURA - VOZES E TERRITÓRIOS EM AÇÃO

03 de novembro de 2025

Bruce dos Santos Albino, Fernan Silva, Kamila Urbanek

A mesa de abertura busca compartilhar as demandas que impulsionam a organização de movimentos sociais, bem como os desafios enfrentados na coletivização e atendimento de organizações públicas e privadas para com suas demandas. Os palestrantes destacam que o crescimento das cidades ocorre, muitas vezes, de forma desigual, e que a urbanização planejada e igualitária não alcança toda a população. Nesse contexto, a organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) nos campos propiciou a formação de camponeses-militantes para o direito à terra, à educação e à saúde. Diante do movimento populacional e das novas configurações urbanas, os dirigentes do MST compreendem a necessidade de estender a organização à população das cidades, o que dá origem, na década de 2000, ao Levante Popular. Os debatedores também refletem sobre o papel do cientista social diante da conjuntura de desmobilização e do que denominam "depressão coletiva", e ressaltam a importância de se pensar a posição de subalternidade do Brasil no contexto do Sul Global e a percepção das lutas sociais no território. A partir disso, as inquietações proporcionadas pelas discussões acadêmicas influem também na organização dos trabalhadores, como ilustra o caso do Movimento dos Trabalhadores Informais Taxas (MTIT). Esse movimento surge justamente da inflexão entre o trabalho flexibilizado e a necessidade de organização de trabalhadores sem registro formal, valendo-se de ferramentas contemporâneas, como a convocação via grupos de *WhatsApp*, e caracterizando-se pela presença

majoritária de mulheres, pessoas negras e moradores de regiões periféricas de Curitiba, que ocupam os postos de trabalho por taxa. Apresenta-se, ainda, a experiência do Marmitas da Terra, que nasce da articulação com o MST, mas em um contexto de calamidade: a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, que aprofunda a desigualdade de acesso a alimentos e amplia as condições de pobreza e insegurança alimentar. Por meio da construção de cozinhas coletivas, ocupações urbanas e doações de alimentos provenientes do MST, a produção de marmitas não apenas alimenta pessoas em situação de vulnerabilidade, mas também enfrenta discursos acusatórios de que a iniciativa está "alimentando a pobreza". Além disso, formam-se espaços de formação com a comunidade e militantes, e organizam-se mutirões nas plantações com a participação de moradores da cidade, integrando diferentes espaços e sujeitos. De maneira geral, o Levante Popular, MTIT e Marmitas da Terra expressam a constituição de um território e o fortalecimento dos movimentos e suas lutas. O trabalho de base nas periferias urbanas e seus sujeitos reafirmam a ação coletiva como central para a mudança. Por fim, este debate evidencia a integração entre academia e movimento social, para além da formação de cientista social como analista social, e coloca em pauta o posicionamento deste profissional na organização de um futuro para o Brasil.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Território; Urbanização; Organização popular; Integração academia-movimento.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM CAPITÃO PIRATA NO SÉCULO XIX

03 de novembro de 2025

Marcos Juliano Ofenbock

Essa mesa sintetiza uma pesquisa histórico-documental desenvolvida ao longo de 20 anos sobre a trajetória de um suposto capitão pirata inglês, conhecido como Zulmiro, que teria se refugiado em Curitiba no século XIX. O expositor relata que Zulmiro teria partido da Inglaterra e se associado a dois outros piratas, Zarolho e José Sancho, com quem teria roubado um tesouro espanhol e o escondido na ilha da Trindade. Perseguidos pelos espanhóis, o grupo é interceptado por ingleses em 1831, ocasião em que se separam. Zulmiro, então, chega ao Brasil por volta de 1880 e se estabelece na região do Pilarzinho, em Curitiba, adotando o nome de João Francisco Inglez e levando uma vida isolada, sendo conhecido localmente como “velho do mato”. Marcos Juliano baseia sua narrativa sobretudo no relato do inglês Edward Young. Em passagem por Curitiba, Young é informado da presença de outro imigrante inglês e decide visitá-lo. No último encontro, Zulmiro revela sua origem nobre, seu passado como pirata e a existência do tesouro escondido, impondo sigilo enquanto estivesse vivo. Anos depois, já no Rio de Janeiro, Young encontra em um jornal a história do pirata Zarolho e, ao constatar que Zulmiro havia falecido, publica sua versão dos fatos, incluindo a localização do tesouro – publicação que, segundo o pesquisador, teria custado a própria vida de Young. O palestrante também apresenta quatro expedições malsucedidas à ilha da Trindade, realizadas na tentativa de localizar o tesouro. Ele destaca que a ilha, por ser um vulcão inativo com alta instabilidade e risco de desabamentos, dificulta qualquer prospecção. Manifesta, ainda, o desejo de organizar uma expedição moderna, com tecnologias de escavação avançadas, o que constituiria uma primeira experiência de “arqueologia pirata” no Brasil. A mesa-redonda, portanto, apresenta uma

pesquisa centrada na investigação documental, na reconstrução da memória urbana e na análise da construção social da figura de Zulmiro enquanto personagem histórico, evidenciando como mitos e relatos orais se entrelaçam com registros escritos para forjar identidades e narrativas locais.

Palavras-chave: Pirata Zulmiro; Memória urbana; Construção social da história.

DIÁLOGOS ENTRE LÉLIA GONZALEZ E BEATRIZ DO NASCIMENTO

04 de novembro de 2025

Taynara da Silva, Rodrigo Ferreira dos Reis

A mesa analisa as contribuições teóricas, epistemológicas e políticas para o pensamento social brasileiro de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, destacando perspectivas sobre raça, gênero, território, memória e resistência. A exposição sobre Beatriz Nascimento (1942–1995) destaca sua atuação como historiadora, intelectual pública e ativista do movimento negro, que ocupa espaços acadêmicos historicamente negados às mulheres negras e produz pensamento original que desafia narrativas hegemônicas. O ponto central de sua contribuição é a teorização sobre os quilombos, deslocados de uma perspectiva meramente geográfica para serem concebidos como territórios existenciais, simbólicos e políticos de afirmação da humanidade negra. Nessa perspectiva, o quilombo transcende sua materialidade física e se constitui como princípio organizador da resistência negra e forma de produzir conhecimento a partir de referenciais africanos e afro-brasileiros. Suas reflexões influenciam estudos contemporâneos sobre etnicidade, diáspora africana e luta antirracista, estabelecendo conexões entre passado e presente, e impactam discussões sobre corpo, memória e ancestralidade – dimensões negligenciadas pela historiografia tradicional, mas centrais em seu pensamento. Já a abordagem sobre Lélia Gonzalez (1935–1994) enfatiza sua atuação multidisciplinar como antropóloga, filósofa, professora e militante do movimento negro e feminista, transitando por diferentes campos do conhecimento e produzindo pensamento original que articula raça, gênero e classe desde uma perspectiva crítica ao eurocentrismo. Destaca-se o conceito de amefricanidade, que articula experiências históricas, culturais e políticas compartilhadas pelos povos negros e indígenas das Américas, desafiando categorias eurocêntricas como "América Latina" e

propondo uma compreensão continental centrada nos povos racializados. Suas análises pioneiras sobre racismo, sexismo e desigualdades estruturais no Brasil articulam sistematicamente raça e gênero, antecipando debates hoje reconhecidos como interseccionalidade. Sua crítica à hegemonia eurocêntrica na academia denuncia a reprodução da colonialidade do saber e defende a descolonização do conhecimento e a legitimação de outras formas de saber. Além disso, reivindica a centralidade das mulheres negras nas lutas políticas e epistemológicas, argumentando que elas, por ocuparem múltiplas posições de opressão, desenvolvem uma perspectiva privilegiada para compreender e transformar estruturas de dominação. O evento evidencia a atualidade das obras dessas autoras para compreender e enfrentar as desigualdades raciais e de gênero estruturais na sociedade brasileira, contribuindo para a descolonização do conhecimento e a valorização das epistemologias negras brasileiras.

Palavras-chave: Lélia Gonzalez; Beatriz Nascimento; Epistemologias descoloniais.

CRISE CLIMÁTICA, ENERGIAS RENOVÁVEIS E O PARLAMENTO BRASILEIRO (CO2 INDEX)

04 de novembro de 2025

Luana dos Santos Meireles Moreira, Pollyana Ferreira Sora, Mateus Albuquerque

A mesa apresenta o estudo que parte da seguinte problemática: "O quanto os deputados federais da quinquagésima quinta legislatura engajaram na emissão de gases atmosféricos?". A exposição descreve detalhadamente o processo de desenvolvimento da pesquisa, baseada na coleta, sistematização e análise de dados sobre o comportamento parlamentar. Os palestrantes destacam a relevância de compreender como os representantes políticos atuam diante das pautas ambientais, evidenciando padrões de engajamento e assimetrias entre discursos e práticas legislativas concretas. Inicialmente, comenta-se o CO2 Index, explicando seu funcionamento e principais resultados; em seguida, abordam-se as pesquisas decorrentes do projeto principal. A fundamentação teórica estabelece uma relação direta entre capitalismo e degradação ambiental, reconhecendo o aspecto estrutural da crise contemporânea. O estudo foca na legislatura de 2019 a 2022, período correspondente ao governo Bolsonaro, caracterizado pela falta sistemática de orçamentos para proteção ambiental e por uma gestão explicitamente não voltada à preservação. Para contextualizar, apresentam-se dois conceitos: *misgovernance* (má governança) e *malgovernance* (governança maligna). O governo Bolsonaro é enquadrado como *malgovernance*, por priorizar deliberadamente ações que favorecem a destruição ambiental. Três hipóteses orientam a pesquisa: a primeira propõe que o Congresso Nacional foi mais emissor do que mitigador de gases no período; a segunda sugere que parlamentares mais emissores estão localizados na direita do espectro político; a terceira defende que o agronegócio funciona como centro organizador das disputas ambientais no Parlamento. Para testá-las, desenvolve-se o CO2 Index,

metodologia inovadora que relaciona a ação de cada parlamentar ao peso das emissões do setor econômico beneficiado por sua atuação, criando um indicador que revela a contribuição individual para a emissão de gases. Os resultados confirmam as três hipóteses: deputados da direita apresentam maiores índices de emissão, enquanto os de esquerda, especialmente os engajados em causas ambientais, registram os menores índices, padrão consistente ao longo de todo o período analisado. Evidencia-se, assim, uma correlação estrutural entre posicionamento político e comportamento ambiental, bem como o papel central do agronegócio nas disputas parlamentares. A mesa apresenta, portanto, uma ferramenta inédita e robusta de análise política ambiental, baseada em dados empíricos e metodologia replicável. O projeto CO2 Index contribui para a compreensão da economia política da crise climática no Brasil, oferecendo subsídios para o debate acadêmico e para o fortalecimento da democracia por meio da transparência e do controle social sobre a atuação parlamentar.

Palavras-chave: Crise climática; CO2 Index; Parlamento brasileiro.

MUSEU VIRTUAL DE MEMÓRIAS DA IMIGRAÇÃO CIGANA

05 de novembro de 2025

Hayanne Giovana Lovanovitchi

A mesa dedicada à discussão sobre memória, território e diversidade no Paraná compartilha o processo de criação do Museu Romanô de Curitiba e a trajetória histórica da família Iovanovitchi, referência para a memória dos povos rom (ciganos) no estado. A fala tensiona narrativas hegemônicas sobre território e identidade, propondo uma abordagem em que o museu se torna não apenas espaço de preservação, mas também gesto político de existência e reparação. A expositora contextualiza quem são os povos ciganos no Brasil, ressaltando que se trata de um povo milenar, com língua, cultura e tradições próprias, frequentemente invisibilizado nos registros oficiais e na memória pública. Destaca que os povos rom, calon e sinti fazem parte da formação social brasileira desde o período colonial, mas seguem enfrentando estigmas, estereótipos e políticas de apagamento. A partir da história da migração de sua família – marcada por perseguições na Europa e pela diáspora romani –, a palestrante apresenta o percurso de Duchan e Lepossava Iovanovitchi, que chegam ao Brasil em 1927 e se estabelecem em Curitiba. A narrativa familiar demonstra como a experiência cigana se inscreve no território paranaense há mais de um século, contrapondo a ideia equivocada de nomadismo permanente. A mesa destaca ainda a atuação de Cláudio Iovanovitchi, considerado o primeiro ativista cigano do Paraná, fundador da APRECI e figura central na articulação política e cultural dos povos ciganos no estado. Seu trabalho une arte, educação e reivindicação de direitos, ampliando o reconhecimento institucional da população romani. O ponto culminante da apresentação é a criação do Museu Virtual de Memória da Imigração Cigana em Curitiba, lançado no Museu Paranaense em 2025. O museu, construído coletivamente por Hayanne, Tatiane e Cláudio Iovanovitchi, é

descrito como um território digital de memória, pensado para preservar objetos, fotografias, documentos e narrativas transmitidas entre gerações. Mais do que um acervo, o museu funciona como espaço aberto, uma fronteira porosa onde as histórias circulam e dialogam com outras experiências de migração, identidade e resistência. Ao final, reforça-se que registrar é resistir e preservar é existir, afirmando que o museu é também um gesto político diante das formas contemporâneas de apagamento. A memória, nesse sentido, não é um espelho estático do passado, mas uma afirmação contínua do direito de existir enquanto povo.

Palavras-chave: Povos ciganos; Museu virtual; Memória; Território.

DIÁLOGOS: ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA ATRAVÉS DO ESTADO

05 de novembro de 2025

Eduardo Oliveira de Almeida, Renato Monseff Perissinotto

No prédio Dom Pedro I da Universidade Federal do Paraná, antropologia e ciência política coexistem em andares distintos, mas dialogam pouco. Enquanto uma disciplina de antropologia do Estado ocorre no andar superior, no inferior acontece um debate sobre o mesmo tema. Os estudantes de Ciências Sociais vivenciam a fragmentação disciplinar, que separa proposições com potencial de articulação. Surge, então, a questão: como aproximar as duas áreas em torno de um mesmo objeto de estudo? A mesa organizada busca promover diálogo e tensionar fronteiras, originando-se da XVI Semana de Antropologia e Arqueologia. Nesse evento, diferenças analíticas entre antropologia e ciência política tornam-se evidentes, sobretudo quanto ao papel das instituições e suas incidências no cotidiano estatal. Matheus Albuquerque propõe um espaço de mediação para explicitar semelhanças e divergências. O professor Renato Monseff Perissinotto, da ciência política, apresenta uma análise baseada em pesquisas sobre o Estado e elites políticas. Ele destaca uma abordagem dos anos 1970 e 1980 que rompe com matrizes clássicas, tratando o Estado como ente autônomo, dotado de objetivos próprios e ethos burocrático. Essa perspectiva, consolidada em “Bringing the State Back In”, permite observar variações empíricas e estimular análises comparativas, mas enfrenta críticas como etnocentrismo e formalismo excessivo. Perissinotto defende integrar tradições marxistas e weberianas para compreender o Estado em sua historicidade. Na sequência, Eduardo Oliveira de Almeida expõe a contribuição da antropologia. Ele recupera a trajetória teórica desde os estudos africanistas até a “revolução clastreana”, que introduz a ideia de sociedades contra o Estado. No presente, a antropologia investiga dinâmicas estatais sem dicotomias limitantes, valorizando

a etnografia como método central. Essa abordagem observa tanto o acesso da população aos serviços públicos quanto rotinas burocráticas internas, revelando práticas contingentes e negociadas. Assim, a antropologia mantém atenção aos detalhes, sensibilidade à alteridade e disposição para revisar continuamente suas premissas.

Palavras-chave: Estado; Antropologia; Ciência política.

E A SOCIOLOGIA NA ESCOLA?

06 de novembro de 2025

Kelem Rosso, Rafael Jungles

Inspirado pelo questionamento apresentado no 9º Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), de 2025, “Cadê a Sociologia que estava aqui?”, o debate sobre o lugar da Sociologia na escola retoma o esvaziamento científico do currículo do ensino médio com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Novo Ensino Médio. Noções individuais e empreendedoras disputam espaço com o pensamento transformador e diverso. A mesa entende que não se trata de oposição simples — individual versus coletivo, reformador versus revolucionário —, mas de refletir sobre a formação docente em Ciências Sociais diante das rápidas transformações econômicas e tecnológicas e dos dilemas expostos pela digitalização do conhecimento e pelo reposicionamento no mercado de trabalho. De início, discute-se a Licenciatura como principal meio de inserção profissional do cientista social. A divisão entre professor e pesquisador ocorre, mas não se mostra vantajosa, dado o papel da educação na formação de estudantes e a necessidade de conexão com demandas e embates da pesquisa científica em contexto econômico, político, social e cultural. O legado de Florestan Fernandes é lembrado: a condição de classe trabalhadora permanece articulada à Sociologia. Seu papel nas lutas das décadas de 1950 e posteriores, incluindo a Constituição de 1988, evidencia a defesa da educação pública frente a uma revolução burguesa que associa “falta de desenvolvimento” à população pouco escolarizada, justificando desigualdades. Em países de capitalismo dependente, a classe trabalhadora é a única interessada em reformas. Inspirado em Fernandes, o professor deve unir Sociologia e militância na luta por cenários alternativos.

Os processos de retirada da autonomia docente — BNCC, Novo Ensino Médio e plataformização — levam à reflexão sobre ferramentas de superação do trabalho alienado. A história mostra que alternativas da classe trabalhadora são organizações e movimentos coletivos para assegurar educação pública de qualidade. No Paraná, pioneiro na destituição da Sociologia da educação, observa-se a substituição da cidadania pelo preparo para o trabalho, o que preocupa. É necessário captar as bagagens trazidas pelos alunos sobre autorrealização, empreendedorismo e prosperidade material. A Sociologia revela estruturas sociais junto a estudantes cheios de informações, mas por vezes desorganizadas. Entender o aluno como sujeito pensante compõe interação respeitosa e cria espaço para diálogo. O encaminhamento central da mesa consiste em processos de resistência dentro e fora da sala de aula, seja pela perspectiva sociológica em matérias de Projeto de Vida, seja pela mobilização nos centros de decisão. Para isso, destacam-se a indispensabilidade dos laços de solidariedade, a formação de subjetividade aberta às discordâncias e a diversificação dos campos de atuação integral para realização do ser humano.
Palavras-chave: Sociologia; Educação; BNCC; Novo Ensino Médio.

DIREITOS À DERIVA: PEJOTIZAÇÃO E REFORMA ADMINISTRATIVA NO HORIZONTE

06 de novembro de 2025

Almir Carvalho, Nilton Aparecido Stein, Sidnei Machado

Nilton Aparecido Stein analisa a política paranaense de valorização docente, relacionando-a à mercantilização da educação, às condições de trabalho e ao adoecimento dos professores. Após o golpe de 2016, consolida-se um ciclo de reformas educacionais voltado à recuperação do capitalismo, transferindo a crise para trabalhadores e juventude. A educação pública reorganiza-se sob lógicas gerencialistas, priorizando desempenho e eficiência de mercado. EC 95, Reforma do Ensino Médio e BNCC ajustam a formação às demandas imediatas, reforçando a educação como investimento individual. Esse processo impulsiona parcerias empresariais, expansão da Educação a Distância e certificações externas, esvaziando o papel formativo da escola. Stein relaciona tais reformas à Reforma Trabalhista de 2017, que amplia terceirização e intensificação do trabalho, gerando precarização. No Paraná, destaca três eixos: plataformização do ensino, financeirização e militarização das escolas, além do adoecimento docente. Em 2024, registram-se 44,9 mil licenças médicas, sendo 10,4 mil por transtornos mentais, afetando sobretudo mulheres, maioria da categoria. Conclui que a valorização docente integra disputa política sobre a função social da escola pública, que deve ser crítica e emancipatória. Sidnei Machado discute a centralidade do trabalho e sua crise atual. Afirma que o trabalho continua estruturante, mas sofre transformações narradas como “fim do trabalho”. A inteligência artificial não elimina o trabalho, mas altera formas e amplia desigualdades. Para ele, a crise decorre do enfraquecimento das políticas públicas e dos sindicatos, somado à pejotização e à narrativa midiática que desvaloriza a CLT. Defende revitalizar sindicatos e retomar políticas de proteção.

Almir Carvalho analisa a “vertigem neoliberal” e os impactos da Reforma Administrativa (PEC 38/2025). Argumenta que não se trata de aperfeiçoamento técnico, mas de transformação da racionalidade estatal, orientada por eficiência gerencial e austeridade. Associa o processo à “racional aquiescência”, em que a precarização é aceita como racionalidade. Apoiado em Foucault, Dardot & Laval e Wendy Brown, situa o neoliberalismo como reorganização empresarial da sociedade. Destaca efeitos como fragilização dos vínculos públicos, ressignificação da estabilidade, polivalência compulsória, digitalização privatizante e reestruturação de carreiras. Conclui alertando para a necessidade de resistência e preservação do caráter público e democrático do Estado.

Palavras-chave: Educação pública; Política; Trabalho; Neoliberalismo.

GENOCÍDIO E RESISTÊNCIA: A PALESTINA E OS AVA GUARANI

07 de novembro de 2025

Victor Hugo Oliveira Silva, Ualid Rabah

A mesa redonda, mediada pela professora Bárbara Caramuru, do programa de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia, reúne o professor Vittor Hugo Oliveira Silva (UFPR) e Ualid Rabah , presidente da FEPAL, para discutir comparativamente os genocídios indígena — com foco nos Ava Guarani — e palestino. A exposição sobre os Ava Guarani apresenta a situação como um "paradoxo semiótico" para o Estado do Paraná, em que barbárie e progresso se entrelaçam como faces de um mesmo processo histórico. O etnocídio aparece como "sombra estrutural" do projeto civilizatório, exemplificado pela Usina de Itaipu, cujo discurso desenvolvimentista sustenta-se sobre violência territorial que expulsa e dispersa os Ava Guarani, configurando uma "despossessão ontológica". A violência atualiza-se continuamente em ações como queima de casas de reza e assassinatos, articulando interesses do agronegócio, atuação policial e omissão estatal. Ainda que existam sinais de "intervalo histórico", como pedidos de desculpas e promessas parciais de aquisição de terras, observa-se disparidade política diante da postura do governo estadual. A resistência dos Ava Guarani manifesta-se nas retomadas territoriais e em dimensões cosmológicas, como processos xamânicos e a centralidade da canoa Igamiri. Na análise de Ali El-Khatib, o genocídio palestino é discutido a partir de crítica às definições ocidentais. Embora a Convenção para o Genocídio de 1948 estabeleça parâmetros formais, o Ocidente tende a restringir o reconhecimento a experiências como o nazismo, ligadas à sua própria "demografia elegida". Nesse contexto, a Convenção para o Apartheid de 1973 é mobilizada para argumentar que o caso palestino insere-se em regime de segregação estrutural. O sionismo é caracterizado como projeto supremacista desde o século XIX, sintetizado no

slogan “terra sem povo”. A limpeza étnica constitui elemento central desse processo. São apresentados dados que indicam alta mortalidade, especialmente entre crianças e mulheres, além de impactos demográficos como queda na natalidade e na expectativa de vida, caracterizando genocídio demográfico. Politicamente, Israel é descrito como Estado orientado pela lógica bélica, enquanto a Palestina aparece sem soberania plena, submetida à coerção. Planos internacionais de “paz” ou armistício são interpretados como mecanismos que aprofundam a crise humanitária. No debate final, destaca-se que a comparação não se limita a analogias superficiais, mas articula política e cosmologia para compreender como diferentes formas de violência se estruturam e se legitimam. Tanto os Ava Guarani quanto Gaza são caracterizados como “incômodos semióticos”, revelando contradições internas dos projetos modernos de Estado e progresso. Ambos os casos expõem a face sombria da modernidade e colocam em questão os fundamentos do desenvolvimento. A reflexão aponta para a responsabilidade das ciências sociais em problematizar narrativas e interrogar criticamente os custos do progresso.

Palavras-chave: Ava Guarani; Palestina; Genocídio; Modernidade.

2. Grupos de Trabalho (GTs)

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO TRABALHO DE ENTREGADOR: DISCUTINDO OS LIMITES DO TRABALHO DECENTE

07 de novembro de 2025

Autora: Ana Caroline Gonçalves de Souza

Grupo de Trabalho: Trabalho

Partindo dos engodos que o trabalho informal proporciona aos seus trabalhadores, a plataformização de categorias antes protegidas por legislações próprias — a citar, o caso de motoboys e mototaxistas e a lei federal n° 12.009/20092 — amplifica os laços precarizantes de vínculo empregatício, protegido e os aspectos relacionados à manutenção e reprodução destes trabalhadores. Nessa seara, a produção de pesquisas e relatórios sobre a categoria de entregadores por aplicativo demonstram jornadas de trabalho extensas na busca de uma remuneração incerta, gestão algorítmica e comunicação robotizada para com as empresas-aplicativo. Há, portanto, um questionamento a ser posto: frente às estratégias de sobrevivência desses trabalhadores, àquelas relacionadas à segurança no trabalho, aos meios de aumentar os ganhos e às resistências aos conflitos cotidianos, quais os limites de apreensão de um trabalho decente nos termos da OIT e Fairwork? Assim, este artigo busca debater relacionalmente as condições de vida e estratégias de sobrevivência da categoria dos entregadores por aplicativo, a qual situa-se nas plataformas *location-based* — que compõem cerca de 96,5%3 entre as plataformas de trabalho existentes. Para dar sequência, utiliza-se das discussões teóricas promovidas nacionalmente e internacionalmente sobre plataformização

e uberização, aprofundamento da precarização e ataques legais à seguridade do trabalho, bem como mutações do capitalismo de plataforma, financeirização e gig economy. Como também, utiliza-se de dados primários coletados por meio de entrevistas com 43 entregadores na cidade de Curitiba entre 2023 e 2024 — a pesquisa foi realizada com financiamento do CNPq e no âmbito da *Redlatt*. Esta amostra não representativa indica estratégias de multiplataforma, troca de veículo, trabalho em finais de semana, feriados e com condições meteorológicas desfavoráveis à segurança, dentre outros, como ferramentas empregadas pelos entregadores a fim de viver o cotidiano das ruas. Como resultado, o risco de acidentes e lesões intensificam-se e contrariam princípios de trabalho decente; insere-se também as ações coletivas que buscam o fim de políticas de sub-remuneração e "busca por justiça" frente às discriminações e violências cometidas por clientes e estabelecimentos, destacando a inação das empresas-aplicativo por ganhos líquidos mínimos e trabalho livre e protegido. Por fim, o artigo demonstra relação direta com o eixo Trabalho visto a urgência de discussões comuns à sociedade, o labor como meio de subsistência e as transformações que reiteram desigualdades e acentuam precariedades.

Palavras-chave: Estratégias de sobrevivência; trabalho decente; entregadores; plataformização

NEOLIBERALISMO E CRISE DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO A PARTIR DE MARX

07 de novembro de 2025

Autores: Beatriz Sofia Carrião, Vitor Luiz Pacheco Morgado

Grupo de trabalho: Trabalho

O Brasil vivencia, em tempos recentes, um processo contínuo de reestruturação produtiva e flexibilização trabalhista, cujos impactos sobre a classe trabalhadora evidenciam uma nova fase da crise estrutural do trabalho. O presente estudo tem por objetivo uma análise crítica da crise do trabalho posta no Brasil, a partir da teoria marxiana, articulando-a à lógica da acumulação capitalista no contexto neoliberal brasileiro. A problemática que nos orienta neste estudo parte da constatação de que a hegemonia neoliberal, ao promover a desregulamentação do mercado e a flexibilização da legislação trabalhista, impôs e intensificou novas formas de precarização e esvaziou-se o sentido emancipatório do trabalho enquanto práxis humana e coletiva. Essa precarização, longe de ser contingente, constitui um limite estrutural do capital em sua busca por maximizar a extração de mais-valia no contexto de um país de capitalismo dependente (CARAMURU, 2024). A análise fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, articulando conceitos de Karl Marx (2013), David Harvey (2005), Ricardo Antunes (2020) e Gabriela Caramuru Teles (2024) para compreender as contradições que estruturam o trabalho no Brasil. O estudo se organiza em três eixos: I) o arcabouço marxiano sobre trabalho, valor e ofensiva neoliberal; II) o capitalismo dependente e a destruição do sentido do trabalho; III) as materialidades da crise: a superexploração da força de trabalho. Constata-se que as reformas da CLT e o enfraquecimento da negociação coletiva consolidam a mercantilização radical do trabalho. A ampliação de modalidades como intermitência e pejotização transfere ao trabalhador os riscos econômicos, reforçando a subordinação

estrutural ao capital. O neoliberalismo, aqui, é compreendido como “restauração do poder de classe” (HARVEY, 2005), ao promover uma nova morfologia laboral, marcada pela uberização e pela terceirização irrestrita (ANTUNES, 2020). Essa dinâmica evidencia que a informalidade e mesmo o MEI reforçam a superexploração, revelando o caráter seletivo do Direito do Trabalho, que tende a reproduzir hierarquias e exclusões. A crise do trabalho, portanto, não constitui disfunção, mas componente funcional à lógica de acumulação capitalista neoliberal. Assim, o Direito do Trabalho, ao invés de universalizar direitos, legitima a insegurança e a fragmentação da classe trabalhadora. Impondo o desafio de reconstruir e redimensionar políticas e formas coletivas de resistência e proteção social voltadas à superação das contradições econômicas e jurídicas estruturais que sustentam o neoliberalismo no contexto dependente brasileiro.

Palavras-Chave: Neoliberalismo; Crise do Trabalho; Karl Marx; Capitalismo Dependente; Precarização.

“A CRENTE DO ÂNUS QUENTE”: PRÁTICAS E RESSIGNIFICAÇÕES DO CONSERVADORISMO FEMININO EVANGÉLICO EM ANDRESSA URACH

07 de novembro de 2025

Autor: Matheus Machado Vieira

Grupo de trabalho: Interseccionalidades

Este estudo analisa Andressa Urach como um exemplo de liderança evangélica que utilizou sua trajetória para disseminar um discurso conservador sobre moralidade. À luz do conceito de "tecnologias de gênero" de Teresa di Lauretis, o trabalho focaliza sua autobiografia "Morri para Viver", que narra sua passagem pela prostituição e conversão quando era membro da Igreja Universal do Reino de Deus. A análise demonstra como sua narrativa operava na construção ativa da subjetividade feminina. Urach remodelou sua experiência anterior, convertendo o mercado do sexo em um relato de degeneração moral e promovendo um ideal normativo baseado na castidade e submissão. Embora Urach tenha posteriormente retornado à vida "mundana" – permanecendo evangélica e buscando fundar uma igreja inclusiva –, seu caso mantém-se paradigmático. O arcabouço teórico sustenta que sua atuação promovia um "modelo antigo com roupagem moderna" nos discursos e práticas religiosas pentecostais. Em seu discurso, a hierarquia de gênero tradicional é revestida por estratégias contemporâneas, como narrativas de superação e presença digital, para disseminar um modus operandi calcado na religião. Através da análise do discurso, examina-se como essas "tecnologias" midiáticas e autobiográficas tornaram o ideário conservador atraente, transformando a história de vida em ferramenta de doutrinação. Este estudo constitui recorte de pesquisa mais ampla sobre lideranças evangélicas como Sarah Sheeva (pastora e influenciadora digital), Stormie Omartian (escritora cristã estadunidense), Marisa Lobo (psicóloga cristã) e Sheila Walsh (escritora britânica) – todas defensoras da moral

sexual cristã. Como figura midiática, Urach aproxima-se dessas lideranças ao utilizar sua trajetória para recrutar seguidoras em seus aconselhamentos religiosos, estratégia que executou eficazmente pelas redes sociais. A análise demonstra como sua narrativa funcionou como tecnologia de gênero na construção da subjetividade feminina, promovendo ideal normativo baseado na castidade e submissão. Trata-se de padrão similar ao encontrado nas trajetórias das demais lideranças: conversão, adequação a nova vida e disseminação de ideal de vida voltado à contemplação espiritual acompanhada pela negação do corpo.

Palavras-chave: Castidade; Conservadorismo; Conversão; Gênero; Religião.

GÊNERO E POLÍTICA A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE MULHERES CONSERVADORAS

07 de novembro de 2025

Autora: Myllena Galvão

Grupo de trabalho: Interseccionalidades

O bolsonarismo se tornou um fenômeno que adentrou o tecido social do Brasil e marcou profundas transformações nas últimas décadas. O movimento, tendo como principal nome Jair Messias Bolsonaro, é amparado por uma grande parcela da direita conservadora brasileira, mobilizada principalmente pelas redes sociais. Em sua campanha para reeleição em 2022, inicia uma corrida contra o tempo para diminuir a rejeição por parte de mulheres utilizando de Michelle Bolsonaro para melhorar as relações com lideranças cristãs, que abrangem seu eleitorado votante. Diante disso, Michelle vem ganhando cada vez mais notoriedade, ocupando espaços de influência como a “mulher modelo” da extrema direita conservadora brasileira. A partir desses pontos, para que seja possível analisar as dinâmicas conservadoras do país e buscar entender como lideranças femininas podem moldar percepções de determinado grupo de pessoas, a pesquisa aponta como objetivo geral a necessidade de identificar quais estratégias políticas e de posicionamento que Michelle Bolsonaro utiliza buscando gerar influência às mulheres conservadoras. A abordagem metodológica desta pesquisa buscará compreender a trajetória de vida de Michelle Bolsonaro, através da descrição sobre informações encontradas em sites e artigos, visto que não há registro de uma biografia oficial, a fim de identificar seu histórico de posicionamentos e de interesses por assuntos relacionados a políticas e gênero. Ambas as pautas também serão analisadas também a partir de seus discursos realizados em entrevistas e palestras pelo

“Movimento PL Mulher”. A partir de entrevistas que falam sobre sua trajetória, Michelle Bolsonaro conta que teve uma infância humilde, mas sempre teve consigo a ideia de ajudar as pessoas. Ao se tornar primeira-dama, em 2018, um de seus principais projetos foi o Pátria Voluntária, onde construía políticas públicas para ajudar o trabalho do voluntariado no país. Hoje, como Presidente do PL Mulher, tem como sua principal fortalecer o movimento feminino das mulheres de bem, visando inspirar, motivar e oferecer formação continuada para a participação da mulher na política partidária. Durante suas falas, mobiliza valores cristãos e nacionais, se posicionando contra a esquerda, o feminismo e a legalização do aborto, defendendo uma política “feminina e não feminista”. Observa-se que Michelle Bolsonaro ocupa um papel estratégico na consolidação do discurso conservador entre o público feminino, revelando como lideranças femininas conservadoras estão na disputa de narrativas sobre o lugar da mulher na política brasileira atual.

Palavras-chave: Michelle Bolsonaro; conservadorismo; bolsonarismo; política; feminismo.

MOONLIGHT: SOB A LUZ DO LUAR E AS AS PERSPECTIVAS SOBRE O HOMEM NEGRO

07 de novembro de 2025

Autora: Mary Helen da Silva Muniz

Grupo de trabalho: Interseccionalidades

Este ensaio tem como objetivo analisar e discutir a representação do homem negro e sua masculinidade, por meio do filme de 2016, Moonlight: Sob a luz do luar, do diretor Barry Jenkins. O principal intuito é exemplificar os estigmas sociais e como as imagens estabelecidas desses homens são consequências de anos do colonialismo em nossa sociedade. A metodologia desse material consiste em analisar as três etapas da vida do personagem e como os constantes processos de violência que ele vivenciou moldaram a existência e a maneira como ele, sendo uma pessoa negra, se posiciona socialmente. Tudo isso relacionado com autores que trabalharam sobre o colonialismo e questões raciais em suas obras. Por fim, todo o enredo, a construção de personagem e a excelente fotografia, que utiliza o azul para sobressair na atmosfera melancólica do filme, apresentam uma nova perspectiva sobre a construção e performance de gênero e como ocorre o processo de criação da identidade a partir desses fatores. Com isso, a conclusão que fica sobre a evolução apresentada no filme e neste ensaio é a importância de uma representação positiva sobre homens negros e a sua sexualidade, o corpo preto, além da violência e da marginalização. Moonlight: Sob a Luz do Luar tem em sua história vários elementos que estamos habituados a ver no cinema sobre pessoas negras, como, por exemplo, a temática da violência e o sofrimento dessa população. Entretanto, o que diferencia a obra é que ela não cai na armadilha de estereotipar e glamourizar a dor do protagonista. O filme é carregado de intensidade, mas possui grande sensibilidade ao retratar as particularidades de homens e meninos negros,

elaborando algo não visto com frequência no cinema, que é a humanização dessas pessoas. “Sob a luz do luar, garotos negros parecem azuis” é uma frase presente em determinada parte do filme, que, por mais simples que pareça, vai ilustrar bem como o restante da obra elabora a representação positiva do homem preto com suas questões na descoberta da sexualidade.

Palavras-chave: Interseccionalidades; Cinema; Negritude; Masculinidade negra; Colonialismo.

EMPRESARIADO, POLÍTICA E LEGITIMIDADE: NARRATIVAS DO CAPITALISMO CONSCIENTE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

07 de novembro de 2025

Autora: Ana Liah Ogata Guimarães Lepinsk

Grupo de Trabalho: Ciências Sociais

O presente trabalho analisa como organizações que se apresentam como representantes de um "capitalismo consciente" constroem discursos de legitimidade política e moral no Brasil contemporâneo. O estudo parte do pressuposto de que, diante da crise de confiança nas instituições e da crescente demanda por responsabilidade social, parte do empresariado busca redefinir sua posição na esfera pública por meio de narrativas que articulam ética, propósito e engajamento social. A investigação propõe compreender de que modo esses atores produzem sentidos sobre o Estado, a política e a democracia, legitimando-se como agentes de transformação simbólica do capitalismo e como mediadores entre a racionalidade econômica e valores sociais de cidadania e sustentabilidade. A metodologia combina análise de conteúdo e levantamento documental em materiais institucionais, relatórios, manifestos, e publicações em redes sociais de organizações como o Instituto Akatu, Ambikira e Ekos Brasil. O foco recai sobre a dimensão discursiva, identificando categorias e enunciados que revelam estratégias de legitimação moral do empresariado. A pesquisa emprega um Livro de Códigos (LdC) em desenvolvimento. A hipótese central é que o "capitalismo consciente", mais do que propor uma ruptura com a lógica tradicional de mercado, funciona como um dispositivo discursivo de revalidação da autoridade empresarial. Ao associar valores éticos e espirituais à figura do empreendedor, essas organizações ressignificam o lugar do empresário na sociedade, apresentando-o como ator responsável, moralmente legítimo e comprometido com o bem comum. Entretanto, ao mesmo tempo em que

defendem uma economia mais “humana”, tais narrativas mantêm os fundamentos estruturais do capitalismo, transferindo o debate sobre desigualdade e regulação estatal para o terreno da moral individual e da gestão privada. O trabalho insere-se nesse eixo temático por refletir sobre a formação crítica em Ciências Sociais e seu papel fundamental na análise das relações entre economia, poder e política no Brasil contemporâneo. Além disso, evidencia como o discurso empresarial, ao reivindicar responsabilidade social e consciência ética, atua como mediador entre as esferas econômica e política, influenciando práticas institucionais e percepções sobre cidadania e democracia. Espera-se, ao final, contribuir para o debate sobre as novas formas de poder e legitimidade nas sociedades capitalistas, ressaltando a importância da análise crítica das narrativas empresariais no campo das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Empresariado; Legitimidade; Capitalismo Consciente.

PESQUISA EM ACERVO ESCOLAR E INTERDISCIPLINARIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA CIENTISTA SOCIAL NO ACERVO DA ESCOLINHA DE ARTE DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

07 de novembro de 2025

Autora: Alex Pereira Leitão

Grupo de trabalho: Ciências Sociais

Fundada em 1957, a Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná (EACEP) acumulou durante sua história um grande acervo composto por produções artísticas de diversas variedades, materiais didáticos, fotografias, atas de reuniões, correspondências com instituições nacionais – batalhões do Exército, sociedades como o Rotary International e a Soroptimist, universidades e centros de cultura – e internacionais – embaixadas e secretarias de cultura, colégios, grêmios e uniões estudantis –, entre outros. Dentre as fontes, se destacam importantes figuras do meio cultural curitibano, como os artistas e intelectuais Poty Lazzarotto, Guido Viaro, Erasmo Pilotto e Emma Koch, fundamentais na construção de um projeto de educação pela arte no Paraná e opositores do modernismo conservador vigente à época no círculo artístico e cultural paranaense (Osinski, 2006; Silva, 2009). Este trabalho apresenta a experiência vivida pela discente no acervo da EACEP entre abril e outubro de 2025, com objetivo de divulgar a experiência em acervo escolar enquanto estudante de Ciências Sociais, relatando oportunidades de pesquisa, diálogos com diferentes ciências humanas, em especial a Sociologia, Antropologia, História e Educação, desafios e obstáculos encontrados, propondo a atuação em arquivo histórico como possibilidade profissional para cientistas sociais. A metodologia do trabalho baseia-se no modelo de Relato de Experiência, utilizando cadernos de pesquisa e diário de campo produzidos pela discente ao longo de 7 meses de atuação no acervo da EACEP, como proposto por Creswell (2018)3 e Mussi, Flores

e Almeida (2021). Dado o desmonte da educação brasileira, em especial no estado do Paraná, a desvalorização do trabalho arquivístico na esfera pública e os constantes ataques à arte na rede estadual, o acervo da EACEP se encontra em condições que dificultam o trabalho de pesquisa, com muitos itens não catalogados ou em situações precárias de conservação. Em 2018, o Colégio Estadual do Paraná passou por uma reforma de grande porte, levando à realocação do acervo para diferentes locais pertencentes ao Governo do estado, então responsável pelas peças. Pela incompetência do poder público, incontáveis itens foram perdidos ou gravemente comprometidos em um episódio de inundação do espaço destinado às peças e pelo despreparo dos responsáveis na realocação do Acervo após finalizada a reforma. Desde 2015 a EACEP oferta o modulado de Acervo para alunos e comunidade externa, oferecendo capacitação em pesquisa, higienização, reparo, digitalização, catalogação e expografia, conectando as atividades desenvolvidas pelos estudantes à comunidade, contribuindo também no processo de resgate e reorganização do Acervo. Desta forma, o trabalho arquivístico, especialmente em ambientes como este, se mostra importante e enriquecedor, proporcionando ao pesquisador conexões com a história das instituições e seu lugar na sociedade, servindo também como ponte entre a universidade e a comunidade escolar.

Palavras-chave: Relato de experiência; Acervo escolar; Ciências Sociais; Educação; Arte.

3. Visita Técnica

08 de novembro de 2025

VISITA TÉCNICA - ALDEIA KAKANÉ PORÃ

A atividade, organizada pela comissão do evento em parceria com uma moradora da aldeia e estudante do curso de Ciências Sociais, inicia-se com o deslocamento do grupo até o território indígena. Ao chegar, os participantes são recebidos pela moradora, que conduz uma visita guiada pelas imediações da aldeia. O trajeto permite compreender a organização espacial do território, estruturado em formato circular, com a Oca ao centro e as residências ao redor. O espaço central desempenha múltiplas funções, sendo utilizado para encontros culturais, atividades educativas e reuniões comunitárias. Durante o percurso, observa-se também a área de preservação florestal, fundamental para a manutenção de formas de vida relevantes às etnias Kaingang, Guarani e Xetá, além de representar resposta à pressão ambiental do entorno, marcado pela presença de fábricas, especialmente serralherias. Nos limites do território, identificam-se marcas de uma tentativa de terraplanagem posteriormente embargada pelo IBAMA, evidenciando conflitos fundiários e ausência de reconhecimento formal pleno por parte do Estado brasileiro. Apesar disso, a aldeia conta com laudo antropológico e encontra-se em processo de averbação, reunindo documentação necessária para sua formalização. Esse reconhecimento é considerado essencial para assegurar o território e viabilizar projetos futuros, como novas moradias, casas de passagem, Unidade Básica de Saúde e escolas. A ausência desses serviços reforça a necessidade de maior mediação com o Estado na formulação de políticas públicas. No caso da educação, a inexistência de escola dentro do território implica que o ensino das línguas maternas —

Kaingang e Guarani — ocorra no contraturno, na Oca, o que evidencia tanto a importância desse espaço quanto os limites impostos pela falta de estrutura institucional. Em termos demográficos, a aldeia abriga aproximadamente 200 pessoas, distribuídas em 43 grupos familiares, sendo cerca de um quarto composto por crianças. Apesar das dificuldades burocráticas, observa-se crescente interesse de novos moradores em integrar o território. Após a visita guiada, os participantes reúnem-se na Oca para uma roda de conversa conduzida pelo cacique e pela moradora. O diálogo aborda aspectos da história e da organização da aldeia, incluindo sua trajetória de quase 20 anos — a serem completados em dezembro de 2025 — e os desafios enfrentados por populações indígenas em contexto urbano, especialmente em Curitiba, cidade marcada pelo apagamento da presença indígena. As lideranças locais, atualmente compostas por 14 pessoas — seis em formação — buscam diferentes estratégias de articulação com o Estado, incluindo produção de documentos, participação em editais e interlocução com órgãos públicos. Destaca-se que a atuação da FUNAI no território é praticamente inexistente desde 2014, restringindo-se a questões de demarcação, o que transfere às lideranças locais responsabilidades administrativas, de captação de recursos e de produção cultural. A roda de conversa também abre espaço para reflexões sobre o papel das ciências sociais, especialmente da antropologia, na compreensão e apoio às lutas indígenas, ressaltando a importância da participação indígena na produção de conhecimento sobre suas próprias realidades. A atividade encerra-se com um café coletivo, marcando o fim de uma experiência que evidencia articulações entre território, políticas públicas, resistência e produção de conhecimento.

Palavras-chave: Território indígena; Kaingang; Guarani; Políticas públicas; Conflitos fundiários.